



PREFEITURA DE CATAGUASES

PORTARIA N° 389/2023

Nomeia membros da Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Cataguases e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Cataguases, no uso de suas atribuições legais, conforme artigo 85, inciso II, “c” e, na forma de sua competência privativa de que tratam os incisos II e VII, do artigo 60, todos da Lei Orgânica Municipal, considerando ainda o disposto no artigo 51 e seus parágrafos da Lei Federal nº 8.666/93, de 11 de junho de 1993;

RESOLVE:

Art.1º – Nomear a Comissão Permanente de Licitação, que será composta pelos seguintes servidores, sob a presidência do primeiro:

- a) - Murilo de Paula Abrita;
- b) - Alexandre Miranda Almeida;
- c) - Claudilei Matheis Garcia da Silva;
- d) - Fabrício Andrade Cruz;
- e) - Lídia Pereira Dias Marques;
- f) - Miriam do Rosário Oliveira Silva

Art.2º – Compete à Comissão o processamento e julgamento das habilitações preliminares e propostas apresentadas pelos licitantes nos certames licitatórios instaurados, bem como o julgamento do pedido de inscrição no registro cadastral de fornecedores da Coordenadoria de Compras, sua alteração e cancelamento.

Art.3º – A Comissão receberá assessoria jurídica, quando solicitada, da Procuradoria Geral do Município, através de seu Procurador Geral ou profissional por este indicado.

Art.4º – No caso de licitação na modalidade de convite, até a fase de abertura dos envelopes contendo as propostas dos licitantes, o julgamento e processamento poderão ser realizados por qualquer um dos membros da Comissão, devendo a decisão conclusiva ser expedida, obrigatoriamente, na presença de todos.

Art.5º – O Presidente poderá solicitar previamente ao órgão competente que designe um servidor pertencente ao seu quadro de servidores, para compor a referida Comissão.

Art.6º – Os trabalhos realizados em sessão serão secretariados por um dos membros da comissão, designados pelo Presidente.



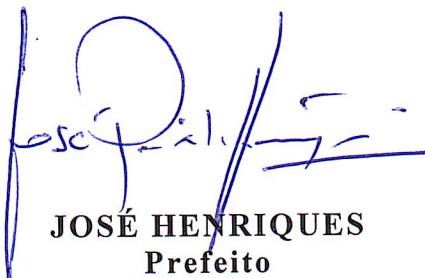
PREFEITURA DE CATAGUASES

Art. 7º – O prazo de mandato da respectiva Comissão será de 01 (um) ano, conforme preceitua o §4º do art. 51 da Lei Federal n.º 8.666/1993.

Art. 8º – Durante o mandato, o período em que os membros da Comissão estiverem à disposição dos trabalhos e das sessões licitatórias, será considerado como tempo de efetivo serviço.

Art. 9º – Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Gabinete do Prefeito,
Cataguases, 12 de junho de 2023.



JOSÉ HENRIQUES
Prefeito



EMILIA DE SOUSA MENTA
Secretária de Administração